

“MEDIDAS DISCRIMINATÓRIAS” PARA REVITALIZAR O INTERIOR



Em Castanheira de Pera, quando se assinalam dois anos dos incêndios que afetaram a região de Leiria, o Presidente do PSD apontou a repartição de competências e a desconcentração administrativa como soluções para reduzir as assimetrias entre o litoral e o interior



pág. 7

PSD

“REFORMA DA JUSTIÇA SÓ É POSSÍVEL
COM COMPROMISSO POLÍTICO”

O PSD promoveu, no dia 15 de junho, em Coimbra, a primeira Convenção temática da Justiça, Cidadania e Igualdade do Conselho Estratégico Nacional



pág. 9

LOCAIS

REQUALIFICAÇÃO DO IP3 “É UM LOGRO”

O presidente da Câmara de Viseu, Almeida Henriques, considera que a requalificação do Itinerário Principal (IP) 3 “é um logro” e exortou o Governo a encurtar os prazos da empreitada



pág. 11

REGIONAIS

PSD/AÇORES QUER DISCUTIR “FALHAS”
DO TRANSPORTE MARÍTIMO COM
GOVERNO REGIONAL

O líder do PSD/Açores solicitou uma reunião com “caráter urgente” ao presidente do Governo Regional para abordar as “falhas” na operação de verão de transporte marítimo de passageiros



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

A MEMÓRIA NÃO APAGA A TRAGÉDIA

Há dois anos ficámos em estado de choque. Conhecemos a face dantesca do Estado inoperante e incompetente. Os poderes públicos falhavam na missão vital de proteger vidas humanas. Os incêndios de Pedrógão Grande bem como nos concelhos adjacentes, de junho de 2017, tiraram a vida a 66 pessoas e 253 outras ficaram feridos, arderam 53 mil hectares de território, foram destruídas 500 habitações e afetados 400 empregos. Ainda hoje manifestamos tamanha perplexidade pela dimensão e pelo número de vítimas. Como foi possível tamanha devastação?

Dois anos depois e as interrogações persistem, mas será que não aprendemos com os erros de 2017? Os feridos e as famílias das vítimas já receberam o valor das indemnizações estipuladas pela Provedoria de Justiça? O Estado já reparou na totalidade os danos patrimoniais e não patrimoniais? Os responsáveis, da ação ou omissão, estão a ser julgados? Os donativos de empresas, instituições e particulares foram bem empregues? Voltámos a dar atenção ao interior e aos territórios de baixa densidade? Aprendemos com o relatório de apuramento dos factos relativos aos incêndios em 11 concelhos, naquele período?

Dois anos depois e prevalece ainda um sentimento de angústia e de revolta. Dois anos depois e dezenas de municípios continuam sem dispor de planos de proteção da floresta. Dois anos depois e a falta de confiança na capacidade do Estado, o desordenamento na ocupação do solo e a falta de prevenção dos fogos estão ao virar da esquina. Podemos estar seguros de que uma tragédia semelhante não se volte a repetir? A verdade é que nos sentimos incomodados com esse turbilhão dos acontecimentos que desencadearam um misto de indignação e de solidariedade.

No Memorial da Fonte da Vida, em Nodeirinho, aldeia do concelho de Pedrógão Grande, recordou-se em silêncio, em cânticos solenes e poesia, a memória de 11 das vítimas dos incêndios. "Algo de novo tem de acontecer dentro de nós", defendia Paula Alves, representante da Associação Fazendeiros da Mudança. Dentro de nós já aconteceu alguma coisa, mas à nossa volta, há ainda muito por fazer. O Estado, o Governo, os municípios, os bombeiros, a proteção civil, as forças policiais e demais autoridades não estiveram à altura das responsabilidades, como hoje parecem não estar.

Talvez tenhamos uma maior consciência da vulnerabilidade do Estado que nos deveria proteger. Não basta um Dia Nacional em Memória das Vítimas dos Incêndios Florestais. É preciso que nos restantes 364 dias sejam assegurados os meios e os instrumentos para que o inferno das chamas não volte a destruir vidas e bens, com uma crueldade que nos envergonha. A memória não apaga a tragédia. A memória deveria sensibilizar a diligência e a prevenção.

Rui Rio em Castanheira de Pera

"MEDIDAS DISCRIMINATÓRIAS" PARA REVITALIZAR O INTERIOR



Rui Rio defende "medidas discriminatórias" para o interior e que implicam "coragem, por um lado" para aprofundar "a descentralização e, por outro, pela desconcentração" do território. Em Castanheira de Pera, dia 18, quando se assinalam dois anos dos incêndios que afetaram a região de Leiria, o Presidente do PSD apontou a repartição de competências e a desconcentração administrativa como soluções para reduzir as assimetrias entre o litoral e o interior. "Relativamente ao que é mais estrutural, no fundo, vamos bater sempre no mesmo e que tem a ver com medidas que possam contrariar o excesso de concentração no litoral e particularmente nas Áreas Metropolitanas e haver uma política para o interior que possa dar uma oportunidade a estes territórios que estão abandonados", afirmou.

Rui Rio dá como exemplo a instalação de "serviços públicos" fora dos territórios urbanos habituais como forma de criar escala e de desenvolver as regiões menos favorecidas. "Se nós não conseguirmos atrair investimento e, com isso, criar emprego e fazer alguma desconcentração, como disse há bocado, que é o primeiro passo que o Estado tem à mão para ajudar, efetivamente, não percebo qual possa ser um horizonte melhor do que temos neste momento", referiu.

O Presidente do PSD defende ainda "uma gestão eficiente" da floresta. "Depois há uma componente absolutamente vital, de difícil gestão, que é a gestão da floresta. Se não formos capazes de criar uma política de gestão da floresta, em que a floresta possa ser rentável para quem a detém, naturalmente que as pessoas não têm condições para tratar dela se dela não retirarem rendimento nenhum", enalteceu.

Num comentário à reparação dos danos deixados pela tragédia dos incêndios de 2017, Rui Rio saudou a recuperação das habitações, sobretudo as casas permanentes.

“RIMINATÓRIAS” ZAR O INTERIOR



Sobre o SIRESP, Rui Rio classifica de “arrojada” a decisão de compra pelo Estado das participações dos dois operadores privados na empresa que gere o Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança. “O SIRESP não funcionou, funcionou mal, e o que o Governo entendeu foi assumir ele a responsabilidade de gestão, ficando com 100% do capital. Vamos ver, no futuro, se teve uma boa decisão ou uma má decisão, mas teve, necessariamente, uma decisão arrojada em que assume a responsabilidade” pelo funcionamento deste sistema, disse.

Rui Rio: “presunção de inocência” deve prevalecer para todos os portugueses

O Presidente do PSD considera que, até prova em contrário, deve prevalecer o respeito pelo princípio de presunção de inocência para todos os arguidos e criticou os julgamentos realizados “na praça pública”. “Temos todos, relativamente a qualquer português, quer esteja na política ou não esteja na política, que respeitar o princípio da presunção de inocência e respeitando o princípio de presunção de inocência temos de aguardar não pelos julgamentos populares, mas os julgamentos nos tribunais. Infelizmente, esses julgamentos arrastam-se três, quatro, cinco, seis e sete anos e a pessoa vai sendo queimada em lume brando”, afirmou.

Rui Rio, que participava na segunda-feira, em Viana do Castelo, no lançamento do livro “E agora, Portugal? - Tribuna Social”, da autoria de Eduardo Teixeira, diz-se convicto da inocência de Álvaro Amaro, que lhe transmitiu a sua versão dos factos e “a certeza absoluta de que não cometeu qualquer crime e, se calhar, nenhuma irregularidade administrativa”. “Tenho a presunção não só nele como em todos os de-





mais portugueses que possam estar em situação idêntica. Acho muito mau para o estado de direito democrático estas condenações sucessivas na praça pública de pessoas”, sublinhou.

O Presidente do PSD recorda que, enquanto autarca do Porto, foi constituído arguido “cinco ou seis vezes” e num “estado de direito democrático não está correto” que se condenem as pessoas até sentença judicial transitada em julgado. “Infelizmente, hoje, em Portugal temos muitas pessoas condenadas na praça pública e poucas pessoas condenadas em tribunal. Isto revela que o sistema de justiça não funciona da forma mais eficaz e que o Estado de direito democrático também não funciona da forma mais eficaz. (...) Houve uma altura, quando era presidente da Câmara do Porto que todos os vereadores com pelouro estavam constituídos arguidos. Eu e todos os vereadores e cada um pela sua coisa. Se fosse a dar valor a isso nem sequer me metia na política”, apontou.

“Justiça mais célere e capaz na condenação” de casos de má gestão bancária

Rui Rio defende uma “justiça mais célere e mais capaz no julgamento e na condenação” de casos como o da Caixa Geral de Depósitos (CGD), cuja recapitalização e gestão estão a ser objeto de inquérito parlamentar. “Não vejo nenhuma acusação seguir para tribunal, nenhuma sentença, nenhuma condenação de casos muito, muito graves. Penso que a justiça devia ser mais célere, mais capaz na condena-

ção e no julgamento destes casos, porque, estes sim, todos os portugueses pagaram milhões de euros em impostos para salvar. Nem é bem salvar, é dar um jeito na banca”, afirmou Rui Rio.

Sobre a gestão do banco público, o líder social-democrata lamenta que tenham sido cometidos “erros, provavelmente com dolo, por pessoas que ganhavam milhares e milhares de euros, porque a sua responsabilidade era muita”. “Final qual era a sua responsabilidade [dessas pessoas que ganhavam milhares]? Foi a mesma do porteiro que ganhava 700 ou 800 euros por mês? Isto não é justo. Isto sim, penso que todos os portugueses estão desejosos que haja julgamento justo, em tribunal, sobre esta matéria”, sustentou.

Rui Rio observa que “muitos administradores” da banca atuaram com uma “leviandade absolutamente inqualificável”. “Podemos fazer as comissões de inquérito todas que temos vindo a fazer – e bem –, mas para mim é evidente que as administrações dos diversos bancos, não todos, mas muitos administradores da banca, há uns anos atrás, tiveram uma leviandade absolutamente inqualificável que colocou Portugal e os portugueses nesta situação de ter de pagar milhões e milhões”, destacou.

Aumentos salariais devem depender do crescimento da economia

Rui Rio sublinhou ainda que os aumentos salariais, tanto no setor público como no privado, devem depender do crescimento da economia e não de qualquer programa eleitoral. “O aumento dos salários na função pública não deve

depende de um programa eleitoral, devem depender do crescimento económico”, declarou.

No sábado, em entrevista ao “Expresso”, o secretário-geral do PS, antecipou a possibilidade de “haver atualização anual dos vencimentos”, assim como “rever significativamente os níveis remuneratórios dos seus técnicos superiores”. Rui Rio defende que “os funcionários públicos terão aumentos se Portugal crescer, produzir mais riqueza e estiver capaz de pagar melhores salários a todos os portugueses”. “Aí sim, obviamente, que vamos pagar melhores salários a todos, mas para isso temos primeiro de conseguir o crescimento económico e a competitividade da economia que este Governo não conseguiu. Não concordo com uma promessa assim, porque os salários devem subir para todos, para o privado e para o público, e isso está dependente da riqueza do país”, disse.

Rui Rio classifica a proposta socialista de “eleitoralista”. “Tenho notado que o PS está no caminho das medidas eleitoralistas. Eu tenho uma visão diferente”, destacou.

O Presidente do PSD informou também que vai avaliar o trabalho do Governo no final da época crítica dos incêndios florestais, esperando que não se repita o que “correu mal” em 2017 e 2018. “Em Portugal, estamos todos expectantes sobre o resultado do trabalho do Governo para a época dos incêndios. Aquilo que todos esperamos – e eu sou o primeiro – é que o Governo tenha feito um trabalho suficiente para que, no caso de haver grandes incêndios, haja capacidade para os combater e não acontecer o que aconteceu em 2017 e 2018”, afirmou Rui Rio, quando se cumprem dois anos sobre a tragédia dos incêndios de Pedrógão Grande.



“ESTREITAR RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E O BRASIL”

O Presidente do PSD esteve no Brasil a celebrar o Dia de Portugal. Rui Rio encontrou-se na semana passada com a comunidade portuguesa e reuniu com individualidades brasileiras, nomeadamente o Governador do Rio de Janeiro, Wilson Witsel, a quem apresentou cumprimentos e deu a conhecer a visão que tem da política externa nacional, que concilia a vertente europeia e a frente atlântica. “Hoje é o dia 10 de Junho e é o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. É, por isso, com muito gosto que vim ao Rio de Janeiro e a São Paulo”, expressou o líder do PSD.

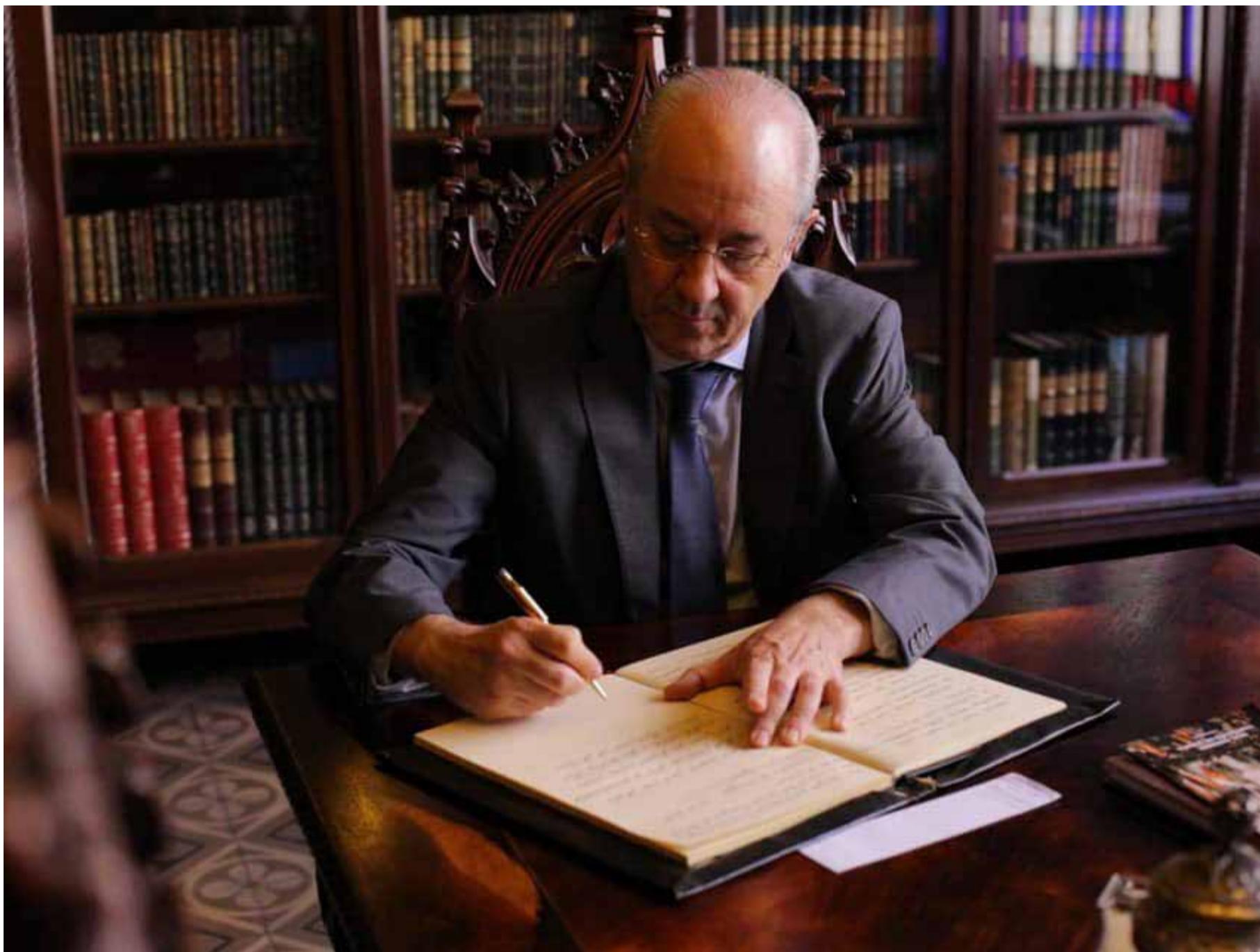
O Presidente do PSD lembra que as relações institucionais entre os dois países são estreitas, mas “gostaria sempre que de parte a parte houvesse um esforço para que a aproximação amanhã [entre os dois países] fosse maior do que é hoje”. Segundo Rui Rio, Portugal e o Brasil partilham laços culturais genuínos, um passado comum e a mesma língua. “Nós temos a obrigação de estreitar estes laços porque eles são favoráveis. Se Portugal estiver totalmente virado para a Europa, vai tornar-se um país totalmente dependente dos ciclos políticos e económicos da Europa”, afirmou.

Na manhã de dia 10, Rui Rio visitou o Real Gabinete Português de Leitura, uma biblioteca que exhibe a mais valiosa coleção de obras de autores portugueses fora de Portugal, com um acervo de 400 mil publicações, entre os quais um exemplar raro da primeira edição de “Os Lusíadas”, de Luís Vaz de Camões, uma edição manuscrita de “Amor de Perdição”, de Camilo Castelo Branco, e uma parte significativa do espólio doado por Marcello Caetano. O Real Gabinete Português de Leitura foi fundado em 14 de maio de 1837, por um grupo de 43 emigrantes portugueses, e o edifício sobressai pela beleza arquitetónica de estilo neomanuelino.

Num almoço-palestra organizado pela Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, o líder do PSD conversou com empresários e jantou com portugueses na Casa da Feira e Terras de Santa Maria em Tijuca.

Nas diversas entrevistas que concedeu a órgãos de comunicação locais, Rui Rio destacou que as relações institucionais de Portugal com o Brasil sobrepõem-se





a simpatias políticas, pelo que “em nada a cor política dos governantes deve afetar as relações entre Portugal e o Brasil, que tem que estar muito acima disso”. Rui Rio considera que o Brasil é uma potência regional e insistiu que ambos os países devem desenvolver uma parceria estratégica privilegiada, sobretudo nos domínios político, económico, comercial e cultural.

Um dos pontos máximos desta deslocação foi o encontro em São Paulo com o ex-Presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, que liderou os destinos do Brasil entre 1995 a 2003.

Na sexta-feira, o Presidente do PSD efetuou uma visita de cortesia ao Consulado-Geral de Portugal em São Paulo e almoçou no Cais do Porto da Associação Portuguesa de Desportos.

Nas iniciativas que teve com militantes do PSD e com a comunidade portuguesa, Rui Rio ouviu da parte de muitos portugueses vontade de regressar a Portugal, muitos dos quais com intenção de investir no nosso País.



I Convenção temática da Justiça, Cidadania e Igualdade do CEN

“REFORMA DA JUSTIÇA SÓ É POSSÍVEL COM COMPROMISSO POLÍTICO”

O PSD promoveu no sábado, 15 de junho, em Coimbra, a primeira Convenção temática da Justiça, Cidadania e Igualdade do Conselho Estratégico Nacional, área que tem como coordenador Licínio Lopes Martins e porta-voz Mónica Quintela.

David Justino, presidente do CEN, defende que é necessária uma maior “sensibilidade para aquilo que os cidadãos sentem sobre a justiça”. Nesse sentido, explica o vice-Presidente do PSD, “os partidos políticos não se querem substituir às instituições de justiça, querem ajudar essas instituições a encontrar melhores soluções”.

O presidente do CEN insiste na construção de uma base de compromisso político que permita concretizar uma reforma no setor. “Continuamos a defender a urgência de uma reforma da justiça, que concretiza uma visão abrangente e integrada dos seus problemas”, afirmou.

Num setor cujo “diagnóstico já está feito há muito tempo”, o presidente do CEN explicou que a reforma “de fundo” a levar a cabo deve ser “estratégica” e está dependente da sua realização prática. “Duvidamos que atuações casuísticas, isolados e sem sujeitas a uma orientação pré-definida possa ter grande sucesso. Essa reforma só é possível se for também possível construir uma base de compromisso político que a viabilize e a concretize. Ou seja, não basta viabilizar uma reforma e depois toda a parte de concretização e aplicação é praticamente esquecida. Isto é que é necessário evitar”, apontou.

David Justino diz que é preciso atacar os problemas e desigualdades no acesso à justiça, muito em particular nas causas que levam à corrupção do sistema. “Se [algum governo] o tentar, ficará o País hipotecado às intervenções casuísticas e ao reforço dos poderes fáticos e não legítimos, e corporativos, que estão presentes neste setor”, sublinhou.

Ao longo de 10 horas, a Convenção temática da Justiça contou com a intervenção de conceituados especialistas do Direito, que analisaram cinco áreas concretas: o acesso ao direito, custas judiciais e eficácia na administração da justiça; a justiça fiscal e Tribunais Administrativos e Fiscais: problemas e desafios; a administração e organização da justiça: composição dos Conselhos Superiores, independência e autonomia das magistraturas e organização judiciária; as execuções, inventários, registos e notariado; e a Justiça, Cidadania e Igualdade”.

“Foi uma perspetiva aberta para encontramos soluções”, justificou David Justino, ressaltando que o programa eleitoral do Partido às legislativas conterà as medidas preconizadas pelos especialistas que têm colaborado com o CEN. “Hoje foi um dia em que houve excelentes contributos, eu assisti a uma parte deles, e fiquei muito bem impressionado, precisamente porque era gente de muitíssimo valor, altamente competente, que conhecem como está o sistema. Só podemos estar agradecidos por isso”, resumiu David Justino.





AUTARCAS DO PSD PREOCUPADOS COM “EXTINÇÃO DE MAIS DE METADE DAS FREGUESIAS”

Mais de 1.500 freguesias em Portugal Continental correm o risco de ser extintas, por terem menos de 1.150 eleitores, de acordo com a proposta do Governo que os Autarcas Social Democratas (ASD) consideram um “ataque claro ao poder local de proximidade”.

“Mais de 1.500 freguesias a quem o Partido Socialista e os seus parceiros de governo prometeram que iriam criar uma Lei que as fortalecesse e permitisse a desagregação das uniões de freguesias imposta pela Troika ao governo liderado pelo PSD”, apontam os ASD em comunicado, acrescentando que “esta proposta de Lei, que mereceu a reprovação da ANMP e ANAFRE, lideradas por autarcas socialistas, é um ataque claro ao poder local de proximidade”.

O Presidente dos ASD, Hélder Sousa Silva, afirma que “é inacreditável que esta proposta de lei apresentada pelo governo defina critérios que em nada vão de encontro às promessas da geringonça, porque os critérios definidos para reverter a agregação dificilmente serão atingidos e cumpridos pela generalidade das freguesias agregadas”.

Trata-se, portanto, de “um número de ilusionismo político” que, “não só não favorece a desagregação de freguesias prometida pela geringonça, como ainda, de forma encapotada, visa obrigar as freguesias que em 10 anos não cumpram os critérios definidos a uma agregação mandatária, que é o mesmo que dizer que serão extintas”, afirma Hélder Sousa Silva.

Analisando os critérios em causa, verifica-se que esta proposta de Lei é um diploma mais orientado para a extinção drástica do número de freguesias, do que para a reversão das agregações de 2013, apontam os ASD.

“Não é aceitável que quem tanto se opôs ao processo de reorganização administrativa imposto pela Troika, apresente agora uma proposta de lei que irá liquidar mais do 50% das freguesias do continente, sem considerar qualquer racional de especificidade, ou defender minimamente os territórios mais desfavorecidos e interiores”, consideram ainda os autarcas do PSD.

Os ASD estão a preparar um “Código de Ética”, que será subscrito pelos autarcas no próximo encontro nacional, refere o responsável no comunicado.

Três perguntas ao Governo

A Comissão Política Nacional dos Autarcas do PSD desafia o Governo e os partidos que o apoiam no Parlamento a responder a três perguntas:

1. “Esta proposta de Lei que foi apresentada é para levar a sério, constituindo um ultimato a mais de 1.500 freguesias?”
2. “Está o Partido Socialista e os seus parceiros da governação, disponíveis para assumir o incumprimento escandaloso das suas promessas eleitorais de facilitar a desagregação das uniões de freguesia?”
3. “Face às posições conhecidas, da ANMP e ANAFRE, o Governo e os seus parceiros estão disponíveis para corrigir e recuar nesta proposta inaceitável, pela afronta que constitui ao poder local na sua máxima expressão de proximidade?”

A Comissão Política Nacional dos Autarcas do PSD manifesta-se ainda disponível para “participar numa solução séria, credível e que responda aos anseios das populações, numa abordagem que pondere as desigualdades territoriais e que vise a defesa do poder local”.

REQUALIFICAÇÃO DO IP3 “É UM LOGRO”



O presidente da Câmara de Viseu, Almeida Henriques, considera que a requalificação do Itinerário Principal (IP) 3 “é um logro” e exortou o Governo a encurtar os prazos da empreitada. Após a Infraestruturas de Portugal ter informado que a reabilitação integral desta via, que liga Viseu a Coimbra, só deverá ter o projeto concluído em 2021, Almeida Henriques disse estar “preocupado e desiludido”.

Na sua opinião, “os viseenses estão a ser vítimas de um logro” e “o Primeiro-Ministro terá de pedir-lhes desculpas”.

A informação sobre os ‘timings’ da intervenção no IP3 foi prestada pelo vice-presidente da Infraestruturas de Portugal, numa reunião realizada na sede da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões. “Na melhor das hipóteses teremos o projeto concluído em 2021, o que quer dizer que pelo menos nos próximos quatro anos não teremos a via requalificada”, lamentou o autarca, questionando se os viseenses ainda terão de ter “mais estes anos de sacrifício” naquela estrada.

Neste âmbito, Almeida Henriques defendeu que o Governo deve adotar um “procedimento de emergência” que encurte os prazos da empreitada e que o primeiro-ministro deve intervir para a colocar no topo das prioridades.

De acordo com o autarca social-democrata, a obra que o Governo adjudicou recentemente, que prevê a reabilitação do troço entre a Lagoa Azul e Penacova, “é apenas um paliativo”, não resolvendo o problema estrutural do IP3. “Isto é um logro que é preciso denunciar. Sinto-me zangado e ludibriado, porque foi criada nas pessoas a ilusão de que o IP3 seria reabilitado de imediato”, frisou.

Projeto de construção de centro oncológico em Viseu concluído em mês e meio

Almeida Henriques assegurou que o projeto de construção de um centro oncológico na região, com tratamentos de quimioterapia e radioterapia, vai estar concluído num prazo de mês e meio. “Dentro de um mês e meio, o projeto estará concluído”, referiu o autarca social-democrata, indicando que sugeriu à ministra da Saúde que “faça uma

‘task force’ (força de intervenção, em tradução livre), de modo a poder-se avançar com a construção, “com ajuda de fundos comunitários”. Os doentes oncológicos da região de Viseu já não vão ter de se deslocar a Coimbra para fazer tratamentos.

Almeida Henriques falava à imprensa dia 14, em Lisboa, depois de uma reunião com a ministra da Saúde, Marta Temido, e a administração do Centro Hospitalar Tondela-Viseu (CHTV), no Ministério da Saúde, que serviu para analisar a situação do serviço de oncologia naquela unidade, após alertas de sindicatos e da Ordem dos Médicos.

O presidente da Câmara de Viseu reiterou a necessidade da construção de um centro oncológico, capaz de servir uma área com cerca de 350 mil pessoas, tendo também influência no distrito da Guarda. “É necessário não perder de vista a solução de fundo, que é construir as instalações de um centro oncológico, onde se faça toda a parte quer da quimioterapia, quer da radioterapia”, disse, sublinhando que se trata de “uma região do país com forte incidência de cancro”.

De acordo com Almeida Henriques, na reunião não ficou uma data definida para a construção da infraestrutura. Quem se comprometeu com data de conclusão do projeto, sublinhou, foi o conselho de administração do CHTV e não a ministra da Saúde. “Não há data para a construção. A senhora ministra não se comprometeu com nenhuma data. O presidente do conselho de administração é que se comprometeu em ter num mês e meio concluído o projeto”, frisou.

Almeida Henriques anunciou também depois da reunião que o CHTV vai receber um reforço de médicos de Coimbra e Vila Real, para que os doentes oncológicos não sejam deslocados. “Nenhum doente será deslocado para Coimbra, a não ser que seja em causa de força maior”, realçou o autarca social-democrata, explicando que o centro oncológico de Viseu será reforçado “com alguns médicos de Coimbra e de Vila Real”, que “irão prestar serviço até à normalização da situação”.

PSD DE SANTO TIRSO QUER AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DA CÂMARA

O PSD de Santo Tirso pediu a realização de uma auditoria externa à câmara municipal que abranja o período entre a entrada em funções do ex-presidente, Joaquim Couto, e o dia 13 de junho. Em comunicado, o PSD local parte dos "graves factos trazidos a público relativos à gestão do município de Santo Tirso, quer em novembro de 2018 quer nos últimos 15 dias, e que envolvem diretamente o então presidente da câmara, Joaquim Couto e o, aquela data, vice-presidente e agora presidente Alberto Costa, relativos a alegados fatos praticados no exercício do mandato autárquico para que foram eleitos" para avançar com o pedido de auditoria.

Segundo os social-democratas, "impõe-se o esclarecimento cabal, completo e independente do eventual impacto das alegadas condutas sobre a Câmara Municipal e as suas contas", refere a nota de imprensa, em alusão ao facto de Joaquim Couto e Alberto Costa terem sido constituídos arguidos em dois processos-crime.

O pedido foi feito durante a reunião de câmara de dia 13, sendo que o PSD quer que a auditoria "desde o início do mandato do então presidente, eleito em 29 de setembro de 2013, até à data da presente deliberação, com uma avaliação da situação e procedimentos financeiros, incluindo todos os contratos e procedimentos de contratação pública, e de controlo interno do município".

A auditoria "deverá ser promovida por uma entidade externa e de referência desta área", lê-se ainda no comunicado social-democrata, que defende dever o "trabalho da auditoria ser acompanhado por uma comissão a eleger em sede de Assembleia Municipal e com a representação de todos os partidos políticos representados neste órgão".

A operação "Teia" centra-se nas autarquias de Santo Tirso e Barcelos bem como no Instituto Português de Oncologia (IPO) do Porto e investiga suspeitas de corrupção, tráfico de influência e participação económica em negócio, traduzidas na "viciação fraudulenta de procedimentos concursais e de ajuste direto", informou a Diretoria do Norte da Polícia Judiciária, o órgão de polícia criminal que apoia o Ministério Público neste caso.



**Acompanhe-nos
no dia-a-dia...**



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

PSD/AÇORES QUER DISCUTIR “FALHAS” DO TRANSPORTE MARÍTIMO COM GOVERNO REGIONAL

O líder do PSD/Açores solicitou uma reunião com “caráter urgente” ao presidente do Governo Regional para abordar as “falhas” na operação de verão de transporte marítimo de passageiros e viaturas na região.

Alexandre Gaudêncio considera que “são demasiados os falhanços na operação de transporte marítimo de passageiros”, que é assegurada pela transportadora pública Atlânticoline. “Ao fim de tantos anos, não se compreende como é que ainda se falha nesta área e sem ter um ‘plano B’. Foi o caso recente do atraso e cancelamento da vinda do navio ‘Azores Express’, por exemplo”, afirma Alexandre Gaudêncio.

Para o dirigente social-democrata, estas “sucessivas falhas põem em causa a economia de muitas ilhas, sobretudo as mais pequenas”, sendo “tempo de pedir satisfações ao Governo Regional, sobretudo a Vasco Cordeiro”, que preside ao executivo.

“O PSD/Açores vai pedir uma reunião, com caráter urgente, ao presidente do governo para manifestar a nossa preocupação e perceber o que vai ser feito para resolver estes problemas”, declarou.

Alexandre Gaudêncio quer que Vasco Cordeiro “assuma a sua responsabilidade política” nesta matéria, acrescentando que “os açorianos já não podem contar com um executivo que não tem sabido governar em áreas fundamentais como os transportes”.

A Atlânticoline anunciou que fretou o navio “Aqua Jewel” para assegurar a operação de verão, depois de o armador do “Azores Express” ter rescindido o contrato. Habitualmente, a operação de verão de transporte de passageiros e viaturas da Atlânticoline é feita com recurso a dois navios, um rápido e um convencional, que ligam todas as ilhas dos Açores, exceto o Corvo.



PSD CRITICA “ERROS CONSTANTES” NA GESTÃO DA AUTARQUIA DA PRAIA DA VITÓRIA



Os deputados municipais do PSD na Praia da Vitória votaram contra as contas do município, como aliás já tinham feito os vereadores social-democratas da oposição, tendo lamentado “os erros constantes na gestão da autarquia, que a atual gestão insiste em manter”.

Segundo o líder da bancada, a Praia da Vitória tem vivido “um tempo nebuloso de esquemas jurídico financeiros, de confundir responsabilidades, património e contas públicas. Aliás, conforme o PSD sempre denunciou e o Tribunal de Contas (TC) demonstrou”, disse Clélio Meneses.

“Na sequência das recomendações do TC, há uma inversão. Mas continua por concluir o processo de trazer transparência ao património, atividade e contas do município”, alerta o deputado municipal.

“Enquanto não estiver concluído o processo de passagem real para a esfera pública daquilo que é público, conforme sempre defendemos desde a primeira sessão desta Assembleia, e conforme recomendou o TC, não temos certeza daquilo que se passa efetivamente com o património e finanças do município, pelo não podemos ratificar e apoiar as suas contas”, explicou Clélio Meneses.

O voto contra do PSD “é uma questão de responsabilidade política e coerência. Responsabilidade é responder pelos atos de acordo com as responsabilidades que cabe a cada um, pois quando tudo estiver esclarecido e regularizado, votaremos de acordo com a situação em concreto” referiu.

“Se votarmos a favor não será uma mudança de posição da nossa parte, mas sim o resultado da mudança de práticas e estratégia do município conforme sempre defendemos. Mas isso

não está a acontecer”, disse o responsável pelo grupo municipal do PSD, que aprovou a saída do Programa de Apoio à Economia Local.

Clélio Meneses disse ainda que o presidente da autarquia “voltou a não responder a um conjunto de questões que lhe colocamos, o que não nos admirou. Mas o que se lamenta é percebermos que nada vai mudar”, adiantou.

“Na prática, e apesar de termos suscitado que se acabasse com a Derrama, que se acabasse com os atrasos no pagamento a fornecedores ou que se aumentassem as transferências para as juntas de freguesia. Mas nada disso vai acontecer”, criticou o social-democrata.

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povoalivre@psd.pt

Cimeira Luso-Brasileira



Governo português acredita no futuro do Brasil e da sua economia continuando a trabalhar no fortalecimento das relações entre os dois países

- disse Durão Barroso

página 5

84.º aniversário da I Guerra Mundial Portugal foi convidado de honra

Portugal foi o convidado de honra, juntamente com os Estados Unidos e a França, nas cerimónias do 84.º aniversário do final da I Guerra Mundial que decorreram domingo em Paris. O convite foi feito pelo Secretário de Estado francês dos Antigos Combatentes, Hamlaoui, ao Embaixador português em França, António Monteiro. O Embaixador depositou uma coroa de flores no Túmulo do Soldado Desconhecido, no Arco do Triunfo. A representação portuguesa incluiu uma escolta de um oficial e três soldados do Exército ao Estandarte Nacional. Um cadete da Academia Militar portuguesa e outro norte-americano foram incluídos na garde de honra composta por cadetes das academias militares francesas.

Debate mensal a 6 de Dezembro

A conferência de líderes parlamentares pronunciou-se, na segunda-feira, a favor do próximo dia 6 de Dezembro como data para o debate mensal com o Primeiro-Ministro, Durão Barroso.

A 12 de Dezembro deverá subir a plenário um projecto de lei dos socialistas sobre a extração de inertes. O Bloco de Esquerda e o Governo manifestaram já a intenção de apresentarem iniciativas sobre o mesmo tema.

Edição n.º 1299 do "Povo Livre" | de 13 de novembro de 2002

"Cimeira Luso-Brasileira: Governo português acredita no futuro do Brasil e da sua economia continuando a trabalhar no fortalecimento das relações entre os dois países". Durão Barroso garantiu, no decorrer da VI Cimeira Luso-Brasileira, em Sintra, que Portugal iria continuar a investir no Brasil, manifestando confiança no futuro governo brasileiro, liderado por Luiz Inácio Lula da Silva".

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



SECÇÕES

ANSIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Ansião para reunir no próximo dia 20 de julho (sábado) de 2019, pelas 17H00, na Sede do PSD sita na Av. Dr. Vítor Faveiro, 27 – 1º Esq., Ansião, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único – Eleição dos Órgãos de Secção (Mesa do Plenário de Secção e Comissão Política de Secção).

Notas:

1. As urnas estarão abertas entre as 17H00 e as 21H00;
2. As listas de candidatura para os Órgãos de Secção deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou a quem o substitua, na Sede do PSD, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

AVEIRO

Ao abrigo do artº 54º dos estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de militantes da Secção de Aveiro para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 26 de junho (quarta-feira) de 2019, pelas 20H30, na Sede Concelhia do PSD, sita na Av. Dr. Lourenço Peixinho, nº 177 – 1º andar, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação político-partidária;
2. Parecer sobre as candidaturas à Assembleia da República;
3. Outros assuntos.

CAMINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Caminha, a fim de reunir em sessão ordinária, no próximo dia 27 de junho (quinta-feira) de 2019, pelas 21H30, na Sede do PSD, sita na Rua da Corredoura, em Caminha, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações do Presidente da Comissão Política de Secção;
2. Informação do processo de indicação dos candidatos a integrar a lista de deputado. Candidatos à Assembleia da República;
3. Análise da situação Política;
4. Outros assuntos.

CASCAIS

Ao abrigo do disposto no artº 54º dos Estatutos do PSD, convoco a Assembleia da Secção de Cascais do PSD para reunir no próximo dia 27 de junho (quinta-feira) de 2019, pelas 21H15, na Sociedade Recreativa Musical de Carcavelos, sita na Rua Júlio Moreira nº 5 Carcavelos com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política local e nacional.

CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia da Secção de Chaves para reunir no próximo dia 24 de junho (segunda-feira) de 2019, pelas 21.00 horas, na sede local, sita na Avenida Tenente Valadim, 47 E, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da Situação Política;
2. Eleições Legislativas 2019;
3. Outros Assuntos.

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoco a Assembleia da Secção Concelhia de Loures, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 1 de julho (segunda-feira) de 2019, pelas 21H00, na Sede Concelhia, sita na Rua Diogo Cão, nº 2 – loja 4, em Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
 2. Análise da situação política local e nacional.
- Nota: Se à hora marcada não estiver presente o número de militantes necessário para preencher, nos termos estatutários, o quórum, a Assembleia de Secção realizar-se-á no mesmo local 30 minutos depois, com qualquer número de presentes.

LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção da Lourinhã, para reunir, no próximo dia 28 de junho (sexta-feira) de 2019, pelas 21H00, na Sede do Partido sita na Rua Eng. Adelino Amaro da Costa nº 4 – Cave, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHO

1. Informações
2. Análise trabalho desenvolvido pelos autarcas eleitos;
3. Análise trabalho desenvolvido pelo órgão de Secção;
4. Análise resultados eleitorais referentes as eleições Europeias 2019;
5. Conversas com História 1980 a 1990;
6. Outros assuntos de interesse político concelhio.

OVAR

Adenda à Ordem de Trabalhos da Convocatória Publicada no PL de 5 junho de 2019.

Ao abrigo dos termos do artº 53º dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia da Secção do PSD de Ovar, para reunir no dia 21 de junho (sexta-feira) de 2019, pelas 21H30, na Sede do Partido Social Democrata, sita na Rua Ferreira Castro nº 84 1º Esq. Ovar com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise do resultado eleitoral nas Eleições Europeias;
2. Discussão do perfil do Candidato a Deputado na Assembleia da república;
3. Outros assuntos.

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Seixal, para reunir no próximo dia 26 de junho (quarta-feira) de 2019, pelas 21H00, na Sede da Secção, sita na Rua do M.F.A. nº 11, Amora, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação político-partidária.

VILA FRANCA DE XIRA

De acordo com o disposto nos Estatutos do PSD, cumpre-me convocar os militantes da Secção do PSD de Vila Franca de Xira, para uma Assembleia da Secção a realizar no dia 27 de Junho (quinta-feira) de 2019, pelas 21H30, na Sede Concelhia de Vila Franca de Xira do PSD, sita na Rua da Praia nº 63 , 2600-223 Vila Franca de Xira, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação político-partidária.

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco os militantes de Vila Nova de Gaia para uma reunião ordinária da Assembleia da Secção, para reunir no dia 1 de julho (segunda-feira) de 2019, às 21H30, na Sede Concelhia, sita à Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Vila Nova de Gaia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: teresa.santos@jdsd.pt



CONSELHO DISTRITAL DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais regulamentos da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Aveiro para reunir no dia 27 de Junho de 2019 (quinta-feira), pelas 21:00H, no Auditório da Junta de Freguesia de Argoncilhe, situado no Largo Joaquim da Silva Tavares, n.º 9, em Argoncilhe, Santa Maria da Feira, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Eleição dos delegados da JSD Distrital da Aveiro à Assembleia Distrital do PSD Aveiro;
- 3 – Deliberar sobre a escolha de deputados da JSD Distrital de Aveiro nas próximas eleições legislativas;
- 4 – Análise da situação política;

Notas:

As listas e os nomes propostos deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD Aveiro, respeitando o cumprimento estatutário, na sede JSD Distrital, sita na rua Dom Manuel B. de Vasconcelos, n.º 28, Aradas, 3810-498 Aveiro, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD. As urnas estarão abertas entre as 21:00H e as 22h00.

RECTIFICAÇÃO

CONSELHO DISTRITAL DE LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital de Leiria da JSD, para reunir no próximo dia 23 de Junho de 2019, pelas 16h00m, na Casa José Saramago, sita na Praça de Santa Maria, em Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Aprovação dos elementos da JSD a indicar como candidatos a deputados do PSD à Assembleia da República.

RECTIFICAÇÃO

CONSELHO DISTRITAL DE SANTARÉM

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 93.º dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD, solicito a marcação de um Conselho Distrital Ordinário da JSD de Santarém, para reunir no próximo dia 22 de Junho de 2019, pelas 14h30, no Centro Cultural Gil Vicente, sito na Av. Dom João III, no Sardoal, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da Situação Política;
- 2 – Aprovação da indicação do candidato a deputado da JSD pelo círculo eleitoral de Santarém;
- 3 – Outros Assuntos.

SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco a os militantes da Concelhia da JSD de Santa Maria da Feira, para o dia 24 de Julho de 2019 pelas 21h00m, na sede do PSD Concelhio, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18, na Freguesia de Santa Maria da Feira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa de Plenário e Comissão Política da JSD Concelhia de Santa Maria da Feira.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18, na Freguesia de Santa Maria da Feira, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O acto eleitoral decorrerá entre as 21h00m e as 24h00m.